

Travestis brasileiras e o enfrentamento a múltiplas violências: articulações em rede pela manutenção de corpos *queer* em interface com o dispositivo político teatral



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 12, v. 1 nov.2019-abr.2020

p. 310-329.

Herbert de Proença Lopes¹

Adriana Sales²

Wiliam Siqueira Peres³

RESUMO: Este artigo propõe problematizar os processos de resistência e articulação em rede na manutenção da vida de travestis brasileiras, atravessados pelas histórias do movimento social organizado no Brasil, em contraponto aos crimes de ódio e às violências sofridas por elas. Este emaranhado de ideias é resultado das pesquisas de mestrado e doutorado d@s autor@s do texto, que dialogaram diretamente com as vozes primordiais dessa proposta: as travestis. As interfaces exploradas, que significam os processos de subjetivação dos modos de vida dessas pessoas, disparam necessidades de dialogar com perspectivas *queer* e dispositivos que se aproximam dos muitos casos de morte, violência e falta de direitos que esses coletivos apontam nos trabalhos citados. Neste sentido, apresentamos algumas ações no campo teatral que têm ajudado a configurar a luta pela visibilidade e afirmação de vidas trans e travestis, com a intenção de ampliar os universos de referência acerca das produções de saberes e marcar nossas posições políticas/éticas/estéticas diante do mundo, nos lugares que ocupamos e na garantia de vozes que ecoam cada vez mais resistentes às expectativas da sociedade machista, patriarcal e binária. Logo, elucidar o mundo das artes e do teatro é marcar as estratégias transbordantes de vida diante ao cenário de guerra que essas pessoas vivem.

PALAVRAS-CHAVE: Travestis brasileiras. Corpos *queer*. Travestis e teatro.

Abstract: This article analyzes the processes of resistance and networking in the daily lives of Brazilian *travestis*, traversed by stories of the social movement organized in Brazil, as opposed to the crimes of hatred and violence suffered by this population. This entanglement of ideas is the result of master's and doctoral studies by the authors that dialogued directly with the primordial voices in this proposal: transvestites. The explored interfaces that signify the subjectivation processes of their modes of living trigger the need to dialog with queer perspectives and devices that relate to many cases of deaths, violence and lack of rights that such movements indicate in the cited studies. We present some theater performances that have helped spread the struggle for visibility and affirmation of transsexual and *travesti* lives with the aim of broadening the number of references on the production of knowledge and mark our

¹ Ator, psicólogo formado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis) e professor do curso de Psicologia na Universidade Norte do Paraná (Unopar), em Londrina. E-mail: herbert.proenca@gmail.com

² Travesti, ativista social do movimento travesti no Brasil e professora da rede pública no estado do Mato Grosso. Mestre em Educação e doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis). E-mail: adriana.salesunesp@gmail.com

³ Professor do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis). Doutor em Saúde Pública pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ), com pós-doutorado em Psicologia e Estudos de Gênero pela Universidade de Buenos Aires. E-mail: pereswiliam@gmail.com

Recebido em 07/11/18

Aceito em 30/10/19

political/ethical/aesthetic positions before the world, in the spaces we occupy and in guaranteeing voices that echo increasingly resistant to the expectations of sexist, patriarchal and binary society. To elucidate the world of arts and theater is therefore to mark the overflowing strategies of life before the scene of war that this people experiences.

Keywords: Brazilian travestis. Queer bodies. Travestis and theater.

Resumen: Este artículo propone problematizar los procesos de resistencias y articulaciones en red en el mantenimiento de las vidas de las travestis brasileñas, atravesados por las historias del movimiento social organizado en Brasil, en contrapunto a los crímenes de odio y violencias sufridas por esta población. Este entramado de ideas es resultado de investigaciones de maestría y doctorado de los autores del texto, que dialogaron directamente con las voces primordiales en esta propuesta: las travestis. Las interfaces analizadas que significan los procesos de subjetivación de los modos de vida de esas personas disparan necesidades en dialogar con perspectivas *queer* y dispositivos que van en contra los muchos casos de muertes, violencias y falta de derechos, que ese colectivo apunta en los trabajos citados. En este sentido, presentamos algunas acciones en el campo teatral que han ayudado a configurar la lucha por la visibilidad y afirmación de vidas trans y travestis. Tenemos la intención de ampliar los universos de referencias acerca de las producciones de saberes y marcar nuestras posiciones políticas/éticas/estéticas ante el mundo, en los lugares que ocupamos y en la garantía de voces que resuenan cada vez más resistentes las expectativas esperadas por la sociedad machista, patriarcal y binaria. Luego, dilucidar el mundo de las artes y el teatro es marcar las estrategias desbordantes de la vida ante el escenario de guerra en el que viven esas personas.

Palabras clave: Travestis brasileñas. Cuerpos *queer*. Travestis y teatro.



Em tempos de tantos retrocessos que vivemos no Brasil, disparar questões que permeiem os embates entre as variadas facetas das expressões de gêneros subversivos não é nada tranquilo. Isso se dá pela grande repercussão nacional que os avanços e as conquistas dos coletivos organizados de pessoas travestis e transexuais brasileiras têm ecoado, assim como pelas muitas perseguições, violências e assassinatos que essa mesma população sofre no cotidiano fascista instaurado neste país.

Essas relações de poder/saber e resistência nos dão ferramentas para propor problematizações que referenciem as muitas histórias do surgimento do movimento social organizado dessas pessoas, os enfrentamentos que nortearam essa organização coletiva e a manutenção das expressões de gêneros que mais sofrem retaliações e processos de estigmatização no globo terrestre: as travestis. Neste sentido, este ‘triálogo’ propõe fazer emergir, além das pesquisas *stricto sensu* realizadas pelas pessoas que vos falam, as vozes subalternizadas de resistência das pessoas mais interessadas neste emaranhado de ideias, as protagonistas dessas histórias (do movimento trans brasileiro) e nossas pactuadas posições políticas, éticas e estéticas de vida diante a tantos retrocessos que presenciamos.

Este texto, para além de sua intenção estratégica de luta, pretende embaralhar os códigos legíveis reconhecidos pelos domínios masculinos, brancos e heterossexuais para dar vazão a outras multiplicidades de olhares, mediante as potências de vida que essas pessoas têm ensinado (as travestis) nas mais variadas experimentações que travamos no decorrer de nossas trajetórias através de processos artísticos, especialmente no campo teatral, entre outros ativismos. Os processos que garantem algumas significações desses novos saberes sobre as corporalidades de enfrentamento das travestis estão muito ‘linkados’ ao avanço alarmante de violências físicas, assassinatos, crimes com requintes de crueldade e falta de direitos básicos de vida que essas pessoas têm sofrido no decorrer de suas histórias, o que, em sentido mais amplo, poderíamos chamar de crimes de ódio.

Esses dados condizem com levantamentos, mapeamentos e documentos elaborados pela primeira rede brasileira de pessoas travestis e transexuais, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que atua desde sua criação, em 2002, porém teve sua história iniciada bem antes dessa data. Vários processos de articulação, registrados desde 1998, precedem o advento da Antra, de acordo com Sales (2018) e os relatos que encontramos em pesquisas anteriores, somados às histórias de vida das protagonistas desta história nos processos que se estabeleceram



há mais de 20 anos com as travestis e @s autor@s do texto. São textos tão legíveis e íntegros que não podem ficar de fora deste emaranhado de dados, seja pela importância desses relatos, seja pela intenção latente de garantir as experiências das travestis.

As narrativas e histórias das travestis que vivenciaram o surgimento do coletivo são centrais, porque dão suporte para problematizarmos os eventos e as dinâmicas travadas nos anos mapeados (de 1992 a 2017) e apontam os muitos elementos que, utilizados como resistência aos poderes de opressão fascista, deram visibilidade e força para a sobrevivência dessas organizações e posicionamentos pessoais.

É preciso marcar, então, a fundação da primeira instituição, em 1992: a Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (Astral), com sede na capital fluminense, que apresenta a proposta específica de ser um coletivo de pessoas trans no Brasil. De acordo com Sales:

Iniciou todo o processo histórico deste coletivo, projetando e realizando o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS) que aconteceu no ano seguinte (1993), agregando, entre pessoas travestis, mulheres transexuais, pessoas da comunidade LGBTT e pesquisador@s, num total de 95 pessoas. Nesse encontro, e nesse período, não havia referência a homens trans, nem se falava neste conceito. (SALES, 2018, p. 183)

O evento citado, organizado pela Astral e realizado com apoio do Instituto de Estudos da Religião (Iser), contou com a participação de representantes de vários estados, cujos grupos organizados, em sua maioria, eram compostos apenas por gays e lésbicas, havendo poucas lideranças travestis e apenas duas instituições dirigidas por elas: a Astral, no Rio de Janeiro, e o Grupo Esperança, em Curitiba (PR).

O Entlaids, de acordo com os referidos relatos e documentos que compuseram esse grupo, foi um enorme sucesso e marco fundamental para posteriores vitórias e acontecimentos que consolidaram, a partir desse evento, um coletivo forte e resistente que, até a atualidade, vem avançando nas conquistas e nos posicionamentos diante do contexto político, cultural e social do Brasil. A partir desse momento, sucessivos encontros foram realizados, encadeando ações e eventos nas cinco regiões do país que resultaram na criação, no fortalecimento e na projeção de várias organizações específicas de coletivos travestis e transexuais, bem como inseriram nos planejamentos e estratégias de intervenção das organizações não governamentais (ONGs) mistas as temáticas e questões específicas dessas pessoas.



Esses dados da história ratificam as estatísticas que essas organizações têm articulado e apresentado à sociedade no que tange às demandas de pautas específicas, de projetos exitosos e, de modo importantíssimo, sobre o número de assassinatos e violências com requinte de crueldade contra essa população, aqui denominados crimes de ódio, visto que não há nenhuma instituição pública que se responsabilize por tal mapeamento. De acordo com esses dados, no ano de 2017 foram 179 assassinatos, e em nossa última consulta, em agosto de 2018, computamos cerca de 109 assassinatos em território brasileiro. Todos os casos foram levantados e cadastrados por meio de recursos a que a própria Antra recorreu a fim de aglutinar dados mais sistematizados dos esparsos crimes ocorridos em localidades diferentes, mas com motivações semelhantes: a transfobia.

É sobretudo importante ressaltar que essas posições políticas estão atravessadas por escolhas teóricas, caminhos metodológicos e perspectivas ‘queerizadas’ nos processos de escrita, nas leituras e nos rumos que pretendemos frisar para as contemporâneas produções de conhecimento comprometidas, de fato, com essas bravas estilísticas das existências que resistem às imposições do transgenocídio social e estatal.

Propomos, então, vislumbrar as sobreviventes dessa história organizada no Brasil, suas corporalidades subversivas e propostas de intervenção, que estabelecem processos dialógicos diretos com as pessoas (travestis) e pesquisador@s (profissionais) que se dedicam à garantia de vidas que importam. Tais vidas são vislumbradas a partir das relações com ativistas reconhecidas e lideranças que compuseram os processos históricos do movimento social organizado brasileiro, promoveram a primeira rede organizada de instituições e pessoas travestis e transexuais em nossa história, e têm proximidade direta com as pesquisas que atravessam este artigo.

Dessa forma, acionamos as vozes dessas participantes para tratar dos variados processos de vida, dos ativismos coletivos organizados e das demandas sobre as dinâmicas de resistências. Os processos vivenciados por elas, diante de suas expressões de gênero diversas, fogem à norma, sendo imbricados pelas significações das corporalidades.

Esses elementos demandam assumir uma perspectiva *queer* pela relação que esses estudos têm com as vidas travestis: a rua. A escolha desse posicionamento, em diálogo com os estudos *queer*, também enreda nossas intenções com a produção de saberes que rompam com enquadramentos, rigidez e conhecimentos que não dialogam com os movimentos sociais em perspectivas democráticas e cidadãs.



Ou seja, nos processos contemporâneos, essa posição teórica (política) propõe a hibridização como única forma de se desvencilhar dos processos homogeneizantes, consoante os estudos de Donna Haraway (1995a, 1995b, 2015), perfazendo uma contraposição ao uso abusivo da categoria de identidade pelas produções teóricas, apontado por David Córdoba (2005, p. 59, tradução nossa) como “[...] uma posição antiessencialista que nega qualquer tentativa de naturalização, fixidez e totalização [...]”.

As perspectivas *queer* são marcadas por transgredir e desestabilizar os limites das “normalidades” ao dar visibilidade às pessoas que escapam e resistem aos poderes heteronormativos impostos à sociedade. São transgressões que se organizam para enfrentar as imposições sobre os desejos (PENEDO, 2008), articulando erotismos e práticas sexuais, mas também as políticas dos dispositivos gênero, sexo e corpo em parâmetros subversivos. Essas posições têm total relação com nossas pesquisas pois, diante da ampliação dos códigos de referência acerca das expressões de vida que escapam dos binarismos, concordamos (dialogamos) com produções sobre os estudos *queer* no sentido de contestar os universalismos biologizantes da heterossexualidade.

As experiências das travestis participantes fornecem múltiplos olhares sobre as demandas dos processos de resistência, suas expressões de gênero e sexualidade, suas corporalidades e seus modos de circulação no mundo, que contemplam todas as possibilidades de construção política e social parametrizadas nas políticas públicas e legais preconizadas pela Constituição Federal de 1988, enviesadas pelas histórias desse movimento organizado. Esses mapeamentos indicam contribuições que possibilitam produzir um quadro informativo sobre os processos que enredam a subjetivação das travestis e as relações somadas aos processos de enfrentamento às violências na perspectiva das diversidades, permitindo estratégias que garantam a dignidade humana, a redução do sofrimento psicossocial e da exclusão nas relações cotidianas, bem como a ampliação de estudos científicos que contemplem as pessoas travestis como protagonistas dos relatos de processos de resistência a crimes de ódio.

Deslocamos nossos olhares e atenção para e junto das participantes travestis como produtoras de conhecimento em suas verdades subjetivadas e potentes, mesmo porque, em uma perspectiva *queer*, somente a pessoa poderá falar por si. O dualismo e a validade das realidades dependem da mente das sujeitas e de seus processos de pensamento, da mesma forma que a linguagem é concebida em concordância com seu grupo de convívio social. De acordo com



Deleuze e Guattari (1995), observar e acompanhar os processos, não apenas os representando enquanto objeto, é um caminho investigativo das produções, ou pode ser tomado como princípio que ateste forças performáticas “[...] inteiramente voltadas para uma experimentação ancorada no real”. (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p. 21)

Assim, garantimos que todas as travestis envolvidas no decorrer das relações estabelecidas fossem agregadas como partícipes desses processos, pois todas têm seus corpos, que são múltiplos, e são sujeitas sociais e culturais. Neste sentido, abordar estratégias de resistência – como processos culturais e artísticos – que refutem os estigmas depositados na população trans permite apontar saídas, experimentações e nuances de vidas exitosas que rompem com os processos dolorosos que essas pessoas têm enfrentado há tempos no Brasil.

Aqui as apostas se voltam para um teatro político, de vanguarda e de resistência, que problematize as relações humanas em interface com marcadores políticos e sociais, especificamente de enfrentamento aos crimes de ódio e à destruição da vida como valor maior.

1. Contra uma política de morte: afirmação das vidas travestis e transexuais

O cenário apresentado anteriormente – que o movimento social organizado tem sistematizado (na ausência de dados estatísticos produzidos pelo poder público) e denunciado para dar visibilidade às violências transfóbicas, traduzidas em crimes de ódio, que mensuramos pelo número de mortes, muitas vezes carregadas de crueldade – nos permite ampliar os universos de referência dessas vivências para pensar outras formas de transfobia que atravessam o cotidiano dessa população: no acesso a direitos e serviços públicos, como o direito à mobilidade urbana, à existência, à segurança pública etc.).

Diante desse quadro, cabe-nos perguntar: quais são as formas de resistência possíveis? Diante de uma política de promoção de morte e violência, coadunada pela ação/omissão do Estado, quais políticas de afirmação da vida vêm sendo construídas e nos permitem problematizar formas de resistência trans e travestis?

A trajetória do movimento social organizado, a partir da Antra e de outras redes de ativismo nacionais, regionais e locais, tem mostrado a importância de ocupar espaços de representação em instâncias de controle social, como conselhos de políticas públicas, comitês



governamentais, comissões de setores do poder público, entre outros, em que travestis e transexuais do movimento social têm se inserido a fim de garantir representatividade na decisão, discussão, avaliação, planejamento, execução e fiscalização de ações governamentais ou que dialoguem com o poder público. Na medida em que tais atrizes e atores podem ocupar tais espaços, objetiva-se o direito de participação direta e dar voz a representantes dessa população.

Esse tipo de construção reivindica o ‘lugar de fala’, uma vez que desestabiliza modos de operação de poder configurados pela violência de falar pel@ outr@, relação que historicamente tem configurado as relações de poder e, conseqüentemente, as pautas de reivindicação das ditas ‘minorias sociais e sexuais’. Na medida em que o movimento social reivindica seu lugar de fala, ou seja, de participação política, posiciona-se contra processos de inviabilização que aumentam a produção das vulnerabilidades às quais tais expressões de vida são submetidas.

Sobre esse aspecto, retomamos a posição de Keila Simpson, travesti ativista e atual presidente da Antra, sobre a importância da articulação com o movimento social na criação de políticas públicas, veiculada em artigo que discute políticas de saúde para travestis e transexuais em material organizado pelo Ministério da Saúde:

As organizações da sociedade civil têm desempenhado um papel fundamental nessas parcerias, pois é a partir delas que se dão as contribuições para a construção dessas políticas públicas. É sobre o trabalho de base dessas organizações que estão sendo pensadas as políticas públicas para responder às demandas de populações específicas. Fazer esse trabalho sem a parceria do movimento organizado seria impensável e ineficiente. (SIMPSON, 2015, p. 14)

A representatividade e a participação de travestis, homens e mulheres trans do movimento social em espaços de decisão política, sob uma lógica de ocupação de lugares negados, é um importante canal para pautar demandas específicas dessa população, além de denunciar formas de silenciamento e invisibilidade presentes nas discussões desenvolvidas nesses contextos, que se mostram fascistas e replicantes dos crimes de ódio.

Todas essas formas de ação política, advindas da estreita relação com o movimento social, podem ser compreendidas como parte de uma rede de ações políticas de afirmação da vida, de defesa e ampliação dos direitos de travestis, homens e mulheres trans. Trata-se de uma defesa de modos de vida, compreendendo vias pelas quais a afirmatividade dessas expressões e sociabilidades tem sido pautada, acompanhando também o quadro de visibilidade.



2. Dissidência, ‘ativismo’, resistência: quando a arte enfrenta os crimes de ódio transfóbicos

Nosso objetivo neste texto, além de apresentar a trajetória de luta política protagonizada pelo movimento social, é problematizar outra via na qual tal política de afirmação da vida tem se construído. Queremos destacar aqui as formas de ativismo construídas na relação com processos artísticos e culturais, conforme temos acompanhado como pesquisadores em contato com o movimento. (LOPES, 2018)

Para trilhar esse caminho, precisamos problematizar como tais práticas artístico-culturais protagonizadas por travestis e pessoas trans contribuem com o processo de visibilidade desse cenário e mobilizam a discussão em favor da luta pela garantia e proteção dos direitos dessa população, especialmente o direito à vida, em suas estéticas possíveis, ainda que dissidentes. Inicialmente, pautamo-nos por perspectivas *queer*, como já enunciado, como forma de lidar com modos dissidentes na problematização de gêneros e sexualidades. Queremos pontuar as travestilidades e transexualidades como expressões dissidentes das normativas que constroem o que entendemos como ser “gente”.

O primeiro passo apontado pela abordagem *queer* é desnaturalizar as concepções de gêneros e sexualidades, pois essa naturalização demarca limites identitários que pautam as identidades de gênero, orientações sexuais e práticas sexuais. Segundo Paul B. Preciado (2014), a natureza humana, enquanto eixo constitutivo dos sexos e sexualidades, é uma tecnologia social que busca reproduzir a equação natureza = heterossexualidade nos corpos e nos espaços, organizando-os e direcionando as possibilidades de expressão, prazer, modos de se relacionar etc. Trata-se de um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que funciona sob uma lógica binária e opera por divisão e fragmentação do corpo, concedendo valor de natureza à diferença sexual. (PRECIADO, 2014)

Michel Foucault (1988) aborda os dispositivos de poder que atuam de forma a tomar a materialização discursiva dos gêneros e das sexualidades, além de considerá-los elementos fundamentais das experiências dos indivíduos. Os gêneros podem ser pensados como efeito de discursos e práticas operantes sobre as pessoas, como parte de estratégias de regulação dos prazeres e de disciplinarização dos corpos. São caminhos de materialização do biopoder, produzidos em consonância com instâncias de saber que os legitimam. (FOUCAULT, 1988)



O processo de constituição discursiva dos gêneros se desenvolve a partir de um sistema normativo que regulará a produção binária de homens e mulheres segundo parâmetros culturalmente estabelecidos para masculinidades e feminilidades. As expressões permitidas segundo essas normativas garantem a produção de “gêneros inteligíveis” (BUTLER, 2003, p. 38), em outras palavras, existências possíveis. São linhas de produção que buscam relações de continuidade e coerência entre sexo biológico, as formas culturalmente constituídas dos gêneros e a manifestação de desejos realizados por meio de práticas sexuais admitidas e restritas à procriação.

As produções dissidentes são consideradas ininteligíveis, e a elas é destinado o lugar da abjeção. Em uma configuração hierárquica de constituição valorativa de sujeit@s, essas dissidências ocupam os níveis mais baixos; não são consideradas vidas e não gozam do mesmo status de sujeito político no exercício de sua cidadania, a exemplo de nossa discussão. A ideia de abjeção está ligada àquilo que não pode ser considerado humano, sujeito de direitos, pois é impensável nas categorias-padrão de produção de sujeitos. Para Butler,

A construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos ‘humano’, o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm a limitar o ‘humano’ com seu exterior constitutivo, e a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação. (BUTLER, 1999, p. 161)

Na linha de pensar o que escapa ao processo de constituição de gêneros e sexualidades, partindo dessa relação entre dissidência e o status de ‘menos humano’, em nossa discussão é possível fazer outros tipos de associação. A dissidência também se associa à falta de acesso a direitos, assim como à violência impune ou naturalizada, o que abre precedentes para falarmos em crimes de ódio como pertencentes a um sistema transfóbico, do qual o Estado é uma das bases de sustentação. A transfobia, dadas suas amplas formas de manifestação, também remonta um tipo de estrutura, uma linha de comunicação entre “o risinho do canto da boca do intelectual macho (ou do gay respeitável) com a bala que fere o seio esquerdo da travesti”. (SILVA, 1993, p. 16)

No entanto, optamos por abordar tal processo a partir de outra perspectiva. Novos sujeitos e sujeitas têm mobilizado novas posições de ser “gente”, novos arranjos de códigos identitários que embaralham as normativas de gênero e possibilitam a emergência de novas posições. Esse cenário de embaralhamento pode ser visto a partir de sua potencialidade: a criação de novos



modelos, novas teorias, novas metodologias, novas tecnologias que acompanhem as transformações sociais.

Na linha do que defende Paul B. Preciado (2011, p. 12), “podemos compreender os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o sexo”. Não entendemos os gêneros dissidentes somente como efeitos dos discursos normativos. Os modos de vida dissidentes, como os de travestis e transexuais, a partir dessa ótica ‘queerizada’, permitem que os tomemos a partir de suas potencialidades, ou seja, dos arranjos estético-políticos que engendram e que são vias possíveis de existência – como potências políticas de existência contemporânea.

É nesse sentido que, em consonância com a trajetória do movimento social organizado de travestis e transexuais brasileiras, trazemos para discussão os processos artísticos que observamos e que mobilizam estratégias de resistência e enfrentamento aos crimes de ódio transfóbicos. Temos problematizado as produções no campo da música, das artes visuais, entre outros, mas especialmente do teatro, procurando estabelecer diálogo com os processos artísticos que têm se desenvolvido e ganhado repercussão na atualidade. Assim, acompanhamos o aumento de visibilidade no campo das artes associadas às questões LGBT, marcando de forma importante tal processo. No campo da música, por exemplo, tem-se observado o surgimento de nov@s artistas LGBT, denominados de geração do tombamento, música de desconstrução, música de empoderamento, entre outras formas que encontramos para descrever o que já se considera um movimento no campo da música. (LOPES, 2018)

É importante destacar algumas posições críticas sobre a forma de analisar o aumento da visibilidade, como também averiguar os tipos de trabalho e de artistas que participam neste processo, além dos interesses dos meios de comunicação e de outros espaços sobre o que se escolhe visibilizar. É possível encontrar mecanismos de cooptação da potência subversiva desse movimento artístico, promovendo modelos domesticados e normativos de gênero e sexualidade. Assim, nessa discussão sobre visibilidade, deve-se associar às expressões de gêneros e sexualidades outros marcadores sociais de diferença, como classe, raça, cor, geração, estética corporal, padrões culturais, entre outros aspectos, pois tais marcadores também configuram quais experiências de vida podem “aparecer” ou não, produzindo outros processos de invisibilidade. Problematizar os processos artísticos de modo transversal à pauta de visibilidade do movimento trans tem importância uma vez que nos permite questionar em que medida as formas de luta pela



existência travesti e transexual, em sua multiplicidade, se alinham não a partir da criação de novos códigos identitários, mas através da reconfiguração de padrões normativos.

Para tratar de arte e visibilidade, recorreremos à análise de Jacques Rancière (2005) sobre os regimes artísticos na relação com as possibilidades de vida em sociedade, ou seja, de participação política. As práticas artísticas e culturais, apesar de toda sua singularidade, não estão dissociadas de um processo gerador de visibilidade política, definidor de quem pode ou não participar da vida comum, das decisões em sociedade e do exercício da cidadania. Ao problematizar o teatro, Rancière (2012, p. 17) diz que “a emancipação começa quando se questiona a oposição entre o olhar e o agir, quando se compreende que as evidências que assim estruturam as relações de dizer, do ver e do fazer pertencem à estrutura de dominação do sujeito”.

Deste modo, no campo das artes, a presença de pessoas trans e travestis tensiona as possibilidades de concepção sobre o espaço comum e sobre o direito de expressão e reconhecimento através das práticas artísticas. Conforme o autor, “a política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”. (RANCIÈRE, 2005, p. 16-17) É nesse sentido que, ao olhar para os movimentos atuais no campo das artes, o que mais nos interessa não é somente como as temáticas LGBT, especialmente as trans e travestis, têm aparecido, mas quais experiências têm sido apresentadas e como têm suscitado questões que não somente visibilizam a ampliação das concepções sobre gêneros e sexualidades, mas também sobre como essas manifestações artístico-culturais são historicamente configuradas por hierarquizações.

A emergência de artistas e coletivos que pautam as questões de gênero e sexualidade na atualidade, com uma preocupação engajada politicamente e em diálogo com o ativismo, foi recentemente denominada de ‘ativismo’. Segundo Leandro Colling (2017), a emergência de ‘ativistas’ se dá por algumas razões, como: o crescimento de estudos de gênero e sexualidade no Brasil, em especial os ligados à perspectiva *queer*; o acesso às tecnologias e às redes sociais; a ampliação da temática LGBT nas mídias em geral; e o aumento da visibilidade dessas expressões. Todos estes aspectos estariam ligados à atitude de ‘fechação’, isto é, uma postura de valorização da dissidência, e carregariam uma conotação de não adequação às normas, o que mobiliza expressões de gêneros e sexualidades mais flexíveis e causa aberturas nos modos mais rigidamente identitários. (COLLING, 2017)



Diante do atual cenário de incremento dos fascismos, a arte e a dissidência de gênero têm desempenhado uma importante função. Recentemente acompanhamos perseguições feitas por setores radicais do conservadorismo a obras, exposições, exibições, performances, palestras, eventos – enfim, a um vasto conjunto de ações movimentadas por essa rede degenerada, composta por artistas, pesquisador@s, entre outr@s –, o que, sob nosso ponto de vista, também pode ser considerado crime de ódio⁴.

O termo ‘artivismo’, utilizado por Colling (2017), consiste numa tentativa de denominar esse movimento de disputas e transformações, criador de novas possibilidades ético-estético-políticas. Esse neologismo, que mistura arte e ativismo, é atualmente explorado para definir modalidades artísticas que produzem poéticas ativistas. São pesquisas interessadas na estética relacional e que privilegiam práticas híbridas, de modo a romper a dicotomia entre esses campos. O artivismo estaria interessado, para resgatar a perspectiva de Rancière (2005), em repovoar o mundo com uma série de manifestações que desapareceram da visibilidade.

As vias artísticas, mais precisamente algumas delas, são provavelmente mais livres devido aos exercícios constantes de criação que buscam, tornando-se, portanto, potentes armas desse cenário – talvez por transformarem o enfrentamento aos crimes de ódio em revisão das regras do jogo entre artista e produção, artista e obra, artista e artistas, artistas e público, artistas e temas, artistas e contextos, arte e política.

3. Teatro trans, transteatro: políticas de afirmatividade da vida

A ocupação de produções artísticas por travestis e transexuais tem gerado transversalizações estético-políticas acompanhadas de um movimento das artes contemporâneas. No entanto, encontram-se nessas produções artísticas aspectos que remontam à denúncia de uma exclusão histórica e que, ao manifestar formas e expressões culturais, mobilizam visibilidades sobre existências desviantes e, em muitos casos, sobre a negação sistêmica e sistemática dessas vidas.

⁴ Dentre os ocorridos no campo da arte, dois trabalhos emblemáticos são a performance do artista Wagner Schwartz, “La Bête”, no Museu de Arte Moderna em São Paulo (SP), que envolveu nudez, e a exposição “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”, em Porto Alegre (RS), que abordava temáticas da diversidade sexual, questões de gênero e práticas culturais em sexualidades – ambos em 2017. No âmbito acadêmico, houve casos como a ameaça de morte a uma professora da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora na área de gênero, e as ameaças contra uma defesa de mestrado sobre sexualidade e escola na mesma universidade, em 2017. Outro fato marcante, no mesmo ano, ocorreu em Florianópolis (SC): uma professora da Universidade Estadual de Santa Catarina sofreu um processo judicial movido por uma ex-orientanda de mestrado, que alegou ser discriminada por ser antifeminista. Essas e outras situações semelhantes, em diferentes lugares do país, foram noticiadas em matérias de jornais e na internet.



Queremos destacar três experiências desse tipo, tendo como foco as práticas teatrais, conforme pesquisa apresentada por Lopes. (2018) Tais problematizações dialogam com outras manifestações artísticas, políticas, pessoais, entre outras; uma vez que as identificações não se restringem às práticas artísticas, mas também abrangem posições estético-políticas.

Tais experiências, do nosso ponto de vista, contribuem para a problematização do atual cenário e também configuram o que chamamos de políticas de afirmação de vidas, em suas dissidências. É importante destacar que essas experiências mais recentes fazem parte de uma história de resistência, ou seja, da presença de artistas trans e travestis nas artes. Essa história se constrói nas brechas da falta de reconhecimento, da invisibilidade, da produção de estereótipos e da desvalorização das expressões de gênero travestis e trans.

A primeira experiência é da atriz e ativista curitibana Maitê Schneider, que desde 1997 mantém um blog chamado *Casa da Maitê*⁵, um dos mais antigos portais destinados à diversidade sexual, conforme informação de seu próprio site. A atriz, que estreou no teatro em 2005 com a peça *Jesus para Cristo*, de Alexandre Linhares, desde então se destaca como artista trans. Seu último trabalho, o monólogo *Escravagina*, dirigido por Cesar Almeida, foi considerado pela atriz o mais difícil desafio de sua carreira teatral. Maitê, que teve a história de sua vida mostrada num programa do Canal Brasil, na peça apresenta trechos dessa matéria em diálogo com seu corpo de atriz, em cena.

A peça, com tom autobiográfico, narra elementos da trajetória de vida de Maitê na construção de sua expressão trans. O uso de elementos autobiográficos em cena, como na peça *Escravagina*, também se faz presente em muitas outras produções. Aqui é importante destacar o embaralhamento promovido entre realidade e ficção, entre a construção de obras a partir da vida real – como ela é – e, em contraposição, a construção da vida a partir de experiências artísticas e posições políticas. Elaborar-se um diálogo sobre as experiências de vida quando se escolhe mostrá-las ao público, em suas violências e potencialidades, efetuando um convite para ampliar as sensibilidades a partir do que se mostra, se vê, se sente, se questiona etc.

Outra referência do cenário teatral é a atriz Renata Carvalho e seu mais recente trabalho, o monólogo *O Evangelho segundo Jesus, rainha do céu*. A montagem da diretora Natalia Mallo para o texto de Jo Clifford traz Renata no papel de Jesus Cristo, no corpo de uma transexual. A peça,

⁵ Disponível em: www.casadamaite.com. Acesso em: 14 jul. 2015.



que circulou por diversas cidades do país, causou polêmica por onde passou, exaltando vozes conservadoras e fundamentalistas que não suportam uma representação trans do cristianismo.

Desde sua estreia em Londrina (PR), em 2016, quando foi apresentada no Festival Internacional de Teatro (Filo), a peça gerou grande repercussão por ter suscitado atos contrários à sua apresentação. Nessa cidade, a exibição seria na capela da Universidade Estadual de Londrina (UEL) – uma reprodução arquitetônica da primeira catedral do município, situada no campus da universidade –, mas sofreu ataque protagonizado e organizado por um vereador local, vinculado ao Movimento Brasil Livre e representante de forças conservadoras, que mobilizou a organização do festival para transferir a apresentação para um auditório. O monólogo dialoga com o contexto bíblico e atual, e a concepção de Jesus transexual permite explorar muitas relações: perseguições sofridas, discursos incompreensíveis a muitos de seus pares, mensagens de amor diante das ações de ódio.

Assim como na estreia, o espetáculo tem sido apresentado em festivais pelo Brasil com diversos tipos de manifestações contrárias, inclusive com ações do Poder Judiciário de algumas cidades para impedir sua realização. A circulação do monólogo evidencia o desrespeito e preconceito das pessoas, mas também revela jogos de força política que reforçam posições reacionárias e conservadoras. Esse outro aspecto da luta pela visibilidade, de mostrar como assimetrias de poder promovidas por políticas moralistas demarcam direitos diferenciados, é uma importante denúncia que a peça e a atriz têm mobilizado.

Renata Carvalho também tem construído, junto com outr@s, o Movimento Nacional de Artistas Trans, que produziu um Manifesto pela Representatividade Trans na Arte. O movimento denuncia, entre outros pontos, a representação de papéis trans e travestis por atores e atrizes cis como parte de um processo de apropriação cultural que contribui para a invisibilidade. A questão que o movimento denuncia não se restringe, do nosso ponto de vista, à defesa da representação de papéis trans por atores e atrizes trans e travestis, mas, antes, denuncia a própria ausência de produtores culturais e artistas trans nestes espaços.

A terceira experiência que queremos destacar é a da atriz Melissa Campus, com quem trabalhamos na pesquisa. (LOPES, 2018) Ela é de Londrina e desde 2012 desenvolve uma pesquisa, no campo teatral, interessada no potencial político da arte em produzir novos discursos e olhares para a experiência trans nesse âmbito. Um de seus projetos viria a se tornar, em 2016, o monólogo *Grazzi Ellas*.



Trata-se de uma pesquisa conjunta dessa atriz com um estudante de Artes Cênicas da UEL, que dirigiu o espetáculo. Baseada na narrativa trans, seu trabalho é voltado para a investigação do corpo trans na arte e teve seu desenvolvimento atrelado à pesquisa da performance. O espetáculo traz à cena narrativas da experiência de vida da atriz e de outras personagens em tempos e espaços diferentes, marcadas por crimes de ódio e violências transfóbicas, mas também construídas por meio de desejos potentes de vida e descobertas singulares. *Grazzi Ellas* representou um marco importante na experiência teatral de Melissa Campus, como ela orgulhosamente menciona, abordando essa trajetória como uma conquista pessoal, mas também como um marco político para travestis, homens e mulheres transexuais de Londrina.

Quando abordamos essa experiência teatral, também reconhecemos a trajetória pessoal da atriz presente na construção do monólogo. Do nosso ponto de vista, a experiência de *Grazzi Ellas* traz contribuições aos modos de fazer teatro acessados pela formação acadêmica. A participação de Melissa Campus em um trabalho de conclusão de curso de Artes Cênicas (SALES, 2016) promoveu inovação e questionamento sobre as pesquisas cênicas advindas de práticas institucionais por mobilizar em cena o corpo trans e sua potência criadora.

Sobre o cenário de visibilidade, é importante destacar que a presença de pessoas e temas trans gera incômodos, mas também mudanças. Encontramos em Dennis Guénoun (2012) um ponto de reflexão que nos ajuda a pensar sobre essa questão. Ao tratar de perspectivas sobre o teatro contemporâneo, o autor afirma que “é preciso abrir os palcos às alterações da vida externa, pela intrusão efetiva dos vivos que estão do lado de fora. São necessários ali outros jogadores, que conhecem regras que ainda estão por traduzir”. (GUÉNOUN, 2012, p. 157)

Assim, a ocupação de travestis e pessoas trans no campo da produção de práticas artísticas movimenta uma transformação, pois esbarra em estruturas organizadas excluir essa população, a exemplo do mercado de trabalho, dos espaços educacionais, entre outros que podemos listar para além da produção artístico-cultural. O que observamos nesses exemplos que trouxemos é que a presença de corpos trans na arte – não como objetos ou temas a serem tratados, mas como protagonistas de novas formas de fazer teatro – tem pautado também as regras do jogo, ou seja, ajudado a visibilizar os processos de exclusão diversos que atravessam tais práticas.

Essas são algumas experiências que selecionamos para dialogar sobre as produções teatrais que, ampliadas na relação com as práticas artísticas em geral, colocam a pauta e a presença trans e travesti na arte. O teatro, como dispositivo de luta política emancipatória, é uma



definição do que defendemos nesse cenário de produção artística, interessados em práticas que mobilizam as dissidências de gênero e de sexualidade, em termos de construção de uma afirmatividade dessas expressões.

Para pensar a potencialidade buscada pelo teatro (no nosso caso, mas também em outras manifestações artísticas), surge a ideia de dispositivo enquanto conjunto de linhas que se misturam, se quebram, se bifurcam e configuram modos existenciais possíveis. Segundo Deleuze (1996), o dispositivo teria a função de fazer ver e falar, ou seja, ele ilumina o visível e enuncia problematizações sobre as experiências a serem vividas.

Nos perguntamos, no sentido de tentar acompanhar esse movimento, quais formas de subjetivação são acionadas por essas produções? Quando falamos em subjetividade recorreremos às definições apontadas por Deleuze e Guattari (1995) de que esta sempre é produzida no registro do social, ou seja, são processos amplos que remetem à feitura dos sujeitos demarcados por imagens e discursos, que ora podem ser normativos – e aí falamos de subjetivação normatizadora/individualizadora, centrada na ideia de indivíduo (aquele que não se divide, que já está totalizado) –, ora são singulares (anônimos, nômades), portanto criativos e disponíveis para experiências inéditas, levando-nos à subjetivação singularizadora.

Como processos de subjetivação, podemos falar em congruências de linhas que tecem nossos corpos, desejos e sensibilidades. Esses lineamentos ora são duros e nos aprisionam em identidades e regimes de verdades absolutas; ora são flexíveis e nos colocam a dúvida do que se apresenta duro, fixo e imutável; ora são linhas de fuga que nos abrem para o novo, o intempestivo, o criativo. Faz-se imperativo informar que essas linhas se misturam o tempo todo, embora possam permanecer por algum tempo aprisionadas e depois se ressignificar de acordo com os encontros que os corpos processam, que se afetam e se modificam. Logo podemos dizer que a subjetividade se encontra em construção permanente, sendo inventada e processada no registro cultural, social e político.

O teatro tem sido uma importante via para visibilizar as várias linhas de subjetivação travestis e trans, tomando a ideia da dissidência a partir de uma perspectiva inventiva e emancipatória, o que contribui com a denúncia e erradicação dos crimes de ódio transfóbicos.



4. À guisa de terminar sem concluir

A arte tem o potencial de criar novas estéticas e de ser questionadora, mas estes pontos não estão sob o controle d@s artistas ou do que propõem, ao menos na lógica dos afetos. É no encontro entre a arte e as pessoas que se dará (ou não) a mudança de paradigmas normativos heterossexistas – um dos componentes da produção de crimes de ódio transfóbicos. A arte mobiliza processos de subjetivação que alteram nossas percepções de mundo. Dentro de determinados contextos relacionais, a arte encontra-se inserida em certas formas de partilhar a vida em sociedade, de determinar existências possíveis e de ampliar nossas sensibilidades.

As intersecções possíveis entre o movimento social organizado das travestis e transexuais no Brasil e os dispositivos de enfrentamento aos crimes de ódio transfóbicos surge como demanda política de reivindicação de direitos básicos de dignidade humana. Muitas ações podem ser associadas como parceiras nesses enfrentamentos, dentre as quais elegemos o teatro como estratégia de denúncia dos crimes de ódio em interface com a defesa dos direitos sexuais e humanos. Nessa perspectiva, propusemos problematizar o encontro entre o ativismo trans brasileiro e as artes, em especial o teatro, a fim de construir ferramentas políticas de negociação de direitos emancipatórios que contribuam para o exercício da cidadania plena, além de situar como se dão os processos de subjetivação associados a esses encontros.

Pensamos que a relação possível entre movimentos sociais organizados de travestis e transexuais no Brasil, com suas agendas de reivindicações e lutas, e o teatro político se dá a partir de intersecções que geram ações coletivas nos dois movimentos: transativismos e teatro trans. O ativismo trans ocorre no cotidiano das lutas por direitos, e o teatro trans, em continuidade com essas mesmas demandas, se apoia na denúncia transfóbica presente no ativismo e na promoção de ações artísticas embasadas na defesa dos direitos sexuais e humanos em contraposição aos crimes de ódio.

No encontro entre essas duas dimensões surge a possibilidade de reconfiguração de valores até então conservadores e emergem novos campos de ‘existencialização’. Essa possibilidade pode ser analisada a partir do conceito de “dobras da subjetivação”, criado por Gilles Deleuze (2005). A dobra deleuziana é a curvatura ou a inflexão dessas linhas que percorrem o plano de existência, cuja superfície é povoada por singularidades anônimas e nômades que, apesar de muitas vezes serem negadas, existem e são reais na vida das pessoas. Ela exprime a desaceleração desse movimento infinito, produzindo a convergência das



singularidades em um dado momento e criando, assim, um dentro que é coextensivo ao fora e condição para que um mundo comece fora das capturas binárias e universais.

A dobra é, portanto, a expressão de um mundo possível, que não corresponde ao melhor dos mundos, mas significa que o mundo é acontecimento, é produção contínua do absolutamente novo, que se abre para mudanças e novas configurações de vida.

No encontro entre o ativismo e o teatro ('ativismo'), demarcamos o ponto de congruência entre os lineamentos que tecem as práticas políticas de militância trans e os lineamentos presentes no teatro trans. A intersecção se traduz pela ação de dispositivos políticos emancipatórios, presentes em cenas e discursos encontrados tanto dentro como fora, ou seja, a dobra mistura esses elementos rompendo a linha divisória entre ativismo e teatro trans, caracterizando o que chamaremos de 'dentro do fora' e 'fora do dentro', o que produz um distanciamento das referências binárias e universais, se abrindo para a multiplicidade, para a diversidade e para a heterogeneidade humana.

Desta forma, o teatro trans – político, contestatório – e os movimentos sociais se aliam em projetos comuns e coletivos usados como ferramentas de enfrentamento aos crimes de ódio em geral e, especificamente, os de cunho transfóbico, que se intensificam quando somados a outros marcadores sociais de estigmas, como classe, raça/cor, identidade e expressão de gênero, entre outros.

Não pretendemos com este ensaio afirmar verdades absolutas e universais, mas contribuir com o debate no enfrentamento aos crimes de ódio e, quem sabe, colaborar para erradicar o fascismo moral e higienista que se mostra em tempos como o que vivemos. Que nenhum modo de existir se torne polícia dos modos diversos de viver, e que a vida possa ser tomada como valor maior nas referências sociais e pessoais que usamos no tratamento com o mundo, as pessoas, e consigo mesmos.

Referências

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO, G. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução: Tomás Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 145-176.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



- COLLING, L. Artivismo das dissidências sexuais e de gênero: apresentação do dossiê. *Cult*, São Paulo, ano 20, n. 226, p. 18-19, ago. 2017.
- CÓRDOBA, D. Teoría queer: reflexiones sobre sexo, sexualidad e identidad: hacia una politización de la sexualidad. In: CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. (org.). *Teoría queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. Madri: Egales. 2005. p. 21-66.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, G. *O mistério de Ariana*. Tradução e prefácio: Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1996. (Coleção Passagens).
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução: Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.
- FOUCAULT, M. *História de sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.
- GUÉNOUN, D. *O teatro é necessário?* São Paulo: Perspectiva, 2012.
- HARAWAY, D. *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza*. Madri: Ediciones Cátedra, 1995a.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995b.
- HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004. Disponível em: <http://bit.ly/2vrjRC7>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- LOPES, H. P. *Cartografias de vivências trans: experimentações teatrais e modos de subjetivação*. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 2018.
- PENEDO, S. L. *El laberinto queer: la identidad en tiempos de neoliberalismo*. Barcelona: Egales, 2008.
- PRECIADO, P. B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.
- PRECIADO, B. *Manifiesto contrasexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.: Editora 34, 2005.
- RANCIÈRE, J. *O espectador emancipado*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- SALES, A. B. *Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia e Sociedade) – Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 2018.
- SALES, L. A. *A experiência de dirigir a atriz Mel Campus na espetáculo Grazi-Ellas*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Artes Cênicas) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.
- SILVA, H. R. S. *Travesti: invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Iser, 1993.
- SIMPSON, K. Transexualidade e travestilidade na saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. p. 9-16.

